

Venezuela en el Mercosur

En el marco de su última reunión plenaria, **la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur (CCSCS)** emitió una nota pública para respaldar el ingreso de Venezuela al Mercosur, en línea con lo que ha sido su histórica posición.

“Siempre defendimos que el MERCOSUR se amplíe con la participación de los demás países de América del Sur, en 2005, apoyamos públicamente el pedido de la entrada de Venezuela al bloque”, señalan los sindicatos de la región en el documento, aprobado en Asunción.

La CCSCS ha reclamado a los parlamentos de los países miembros del bloque que aprueben lo más rápidamente posible esa incorporación, y por eso ratifica su apoyo a la decisión adoptada en la última Cumbre de Mendoza.

“Convocamos y esperamos que la sociedad civil venezolana tenga una participación activa en este proceso. Instamos a las organizaciones sociales y sindicales a trabajar con nosotros en defensa de la adopción de políticas enfocadas en la generación de empleos de calidad”, proponen en la nota.

También hacen referencia a otros históricos postulados, como la ampliación y fortalecimiento de los procesos de integración de las cadenas productivas; el pleno cumplimiento de la Declaración Socio Laboral y las normas e instrumentos de protección laboral internacional ratificados por nuestros países, el fortalecimiento del Parlamento del MERCOSUR; del Foro Consultivo Económico Social, de los organismos socio laborales y del FOCEM como espacios importantes de actuación para la reafirmación de la democracia y el diálogo social.

El ingreso formal de Venezuela al Mercosur se concretará formalmente el próximo 13 de agosto, pero hoy la expresión de voluntad política alcanzará su punto más importante.

Este 31 de julio se reunirán en Brasilia los presidentes de Argentina, Cristina Fernández; de Uruguay, José Mujica; y Venezuela, Hugo Chávez, que esta tarde tendrán un encuentro privado con la anfitriona brasileña, Dilma Rousseff, previo a la ceremonia oficial.

Ayer los ministros de Relaciones Exteriores Antonio Patriota, de Brasil; Luis Almagro, de Uruguay; Héctor Timerman, de Argentina, y Nicolás Maduro, de Venezuela acordaron por unanimidad la incorporación de Venezuela al bloque regional “con plenos derechos y obligaciones”.

También encomendaron al Grupo Mercado Común (GMC) reglamentar la suspensión de Paraguay y designaron al brasileño Iván Ramalho como alto representante del Mercosur, en reemplazo de su compatriota, Samuel Pinheiro de Guimarães,

El gobierno de Brasil, según explicó Patriota, tendrá como prioridad en la presidencia pro t mpore que desempeñará durante este semestre agilizar el proceso de ingreso de Venezuela al Mercosur

Para eso, ya se resolvió crear un Grupo de Trabajo integrado por técnicos de esos cuatro países, que tendrá su primera reunión el próximo 13 de agosto en Brasilia, de acuerdo a un documento difundido por la Cancillería brasileña.

Ese grupo trabajar  en los aspectos comerciales de la integración de Venezuela al Mercosur durante 180 días, que si es necesario serán prorrogados por un período similar, según informó la agencia EFE.

Presidente da DGB visita CNM/CUT

Mara Grabert, CNM/CUT, 10.07.2012

Michael Sommer, presidente da Central Sindical alemã DGB e presidente da CSI visita pela primeira vez a sede da CNM/CUT

O presidente da DGB, Michael Sommer esteve na sede da CNM/CUT, em São Bernardo do Campo- SP, hoje, 10. O dirigente alemão está no Brasil pela segunda vez e veio para participar do 11º Congresso da CUT, que acontece durante esta semana, no Transamérica Expo Center, em São Paulo.



"Fiz questão de conhecer a sede da CNM/CUT e o trabalho com as redes sindicais", disse Michael Sommer. Ele explicou que o trabalho que a CNM/CUT vem desenvolvendo, em parceria com o sindicato alemão DGB e a Fundação Friedrich Stiftung tem apresentado excelentes resultados. São 11 redes sindicais com as multinacionais alemãs.

Michael Sommer foi recebido pelo secretário-geral e secretário de Relações Internacionais da CNM/CUT, João Cayres. Valter Sanches, diretor de comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e diretor da TVT, ex-secretário de relações internacionais da CNM/CUT e também representante da Fundação Hans Bockler, e dirigentes da CNQ e dirigentes da CUT Nacional também participaram do encontro.

O presidente da DGB ouviu os relatos dos dirigentes e responsáveis pelas redes sindicais no Brasil. José Drumont, um dos responsáveis pelas redes na CUT relatou as dificuldades que os sindicalistas tiveram no início dos trabalhos de construção de redes nas empresas alemãs, como VW e Mercedes-Benz.

João Cayres falou sobre a importância da criação dos acordos Marco Internacional para a OLT- Organização no Local de Trabalho e para os trabalhadores. Citou a conquista deste acordo que aconteceu recentemente na Ford.

Outro motivo da visita foi para apresentar a equipe que irá assumir a direção da DGB daqui a dois anos, quando o Sommer irá se aposentar.

O dirigente alemão encerrou o encontro dizendo que a situação na Europa é preocupante e que os sindicatos precisam estar cada vez mais unidos. "Estamos procurando um Lula para dar um jeito na Europa, mas ainda não conseguimos encontrar ninguém parecido com ele", disse Sommer.

Vagner Freitas é o novo presidente da CUT

CUT, 12.07.2012

O novo presidente da CUT disse que a Central será proativa na relação com o Congresso

O bancário Vagner Freitas, paulistano, 46 anos completados em abril, é o novo presidente da CUT. De um total de 2.131, a chapa liderada por ele recebeu 1.929 votos, 90,52%, enquanto a chapa encabeçada pela professora gaúcha Rejane de Oliveira teve 189 (8,87%). Houve ainda dois votos em branco e 11 nulos. O resultado foi anunciado às 22h10 de hoje (12), no penúltimo dia do 11º Congresso Nacional da CUT (Concut), realizado em São Paulo. Funcionário do Bradesco desde fevereiro de 1987, Vagner Freitas torna-se o primeiro presidente da central vindo do setor financeiro – foi diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). O mandato é de três anos.

Brasil: Fundação de rede sindical na St. Gobain

C N Q , 23.07.2012

Trabalhadores/as da multinacional St. Gobain dão ponta-pé inicial em fundação de rede sindical. Entre os dias 19 e 20 de julho, na Colônia de Férias do Sindicato dos Vidreiros do Estado de São Paulo, os trabalhadores da multinacional francesa St. Gobain se reuniram para debater a criação de uma Rede Nacional, em evento organizado pelo Sindicato dos Vidreiros de SP, CNQ e pela CUT. A empresa francesa congrega mais de 15 mil trabalhadores no Brasil, distribuídos em 82 fábricas.

O evento contou com a presença de companheiros sindicalistas franceses e de cerca de 30 trabalhadores da empresa no Brasil e dá sequência ao que foi proposto no II Encontro de Redes do Ramo Químico de 2011. Pretende-se que a Rede, uma vez estabelecida nacionalmente, rume para sua internacionalização, o que será aprofundado em um seminário sobre internacionalização de redes organizada pela FES em setembro deste ano.



A mesa de abertura foi composta por Sérgio Novais, da CNQ e da IndustriAll, José Francisco Narciso, da St. Gobain e dos Vidreiros de São Paulo, José Drummond, da CUT, Carlos Alberto Silva, dos Vidreiros de São Vicente, Rosemeire Theodoro, da CNQ e dos Vidreiros de São Paulo e André Bertholan, da Federação de Vidro e Cerâmica da França.

“Queremos aprender como funcionam as Redes de Trabalhadores e construir a nossa com força e unidade, para enfrentar em conjunto os desafios que a empresa nos impõe”, disse Carlos Alberto Silva.

Rosemeire Theodoro ressaltou a importância da continuidade do Encontro de Redes de 2011 e Sérgio Novais apresentou a nova federação mundial, a IndustriAll, e suas potencialidades no campo do fortalecimento de redes. Já Drummond, levantou a funcionalidade das redes para combater políticas autoritárias em escala global: Muitas vezes diálogo social e redes são vistos como coisa de pelego, mas é uma questão de saber lutar com as armas do inimigo e conquistar direitos para os trabalhadores”.

Na sequência, os trabalhadores se reuniram em grupos de trabalho para listar as dificuldades enfrentadas em cada unidade, assim como juntar dados sobre benefícios, salários e condições de trabalho em suas fábricas, com informações sobre lucros, terceirizações, gênero, raça, igualdade de oportunidades, PPR etc.

Na parte da tarde, Fábio Lins, da Secretaria de Relações Internacionais da CNQ, Alain Destrain, da CGT (central sindical francesa) e presidente do comitê-grupo para trabalhadores da St. Gobain, e José Drummond, da CUT, compuseram uma mesa sobre a crise internacional e as perspectivas dos trabalhadores. Para Lins, “É possível e necessário construir um movimento sindical combativo, que lute por mudanças reais na sociedade, se aliando com outras iniciativas globais”.

A fala de Destrain louvou bastante a iniciativa como forma de globalizar a resistência contra os desmandos das direções das empresas: “estou convencido que é necessário juntar todos os setores da St. Gobain para criar uma frente de ação e luta para defender os interesses dos trabalhadores, que muitas vezes estão contra os interesses dos acionistas do St. Gobain. E essa luta nós vamos vencer juntos”.

No segundo e último dia de encontro foi decidido que serão visitadas outras unidades para discutir a formação da rede, deixando o encontro com o caráter de ponta-pé inicial das discussões. Além disso, os trabalhadores delinearam um plano de ação para o próximo período, que terá como eixo sensibilizar a direção da empresa para reconhecer a futura rede e abrir negociação nacional permanente. Também será pensado como se organizará a rede após sua criação e como será a intervenção no seminário organizado pela FES, em setembro de 2012, sobre internacionalização de redes, visando fortalecer a solidariedade com a França e outros países.

Bancarios de América confluyen en Montevideo

UNI -AEBU, 23.07.2012

El lunes 23 comienza en Montevideo la Octava Reunión Conjunta de las Redes Sindicales de Bancos Internacionales con la participación de 80 delegados de nueve países de América y España.

Estarán presentes trabajadores de los bancos Santander, BBVA, do Brasil, Itaú, HSBC, Scotiabank, de la central sindical española UGT y de integrantes del Grupo Directivo de UNI Américas Finanzas.

El evento será inaugurado en el teatro de AEBU (en Camacué 575) por el subsecretario de Relaciones Exteriores Roberto Conde; el presidente de UNI Finanzas Américas, Carlos Cordeiro; el director del Instituto Cuesta Duarte, Milton Castellanos y por Gustavo Pérez y Fernando Gambera, presidente y secretario general de este sindicato.



Tras la apertura se escuchará una exposición sobre el Banco del Sur y la Unasur, a cargo de Ruy Pereira —embajador de Brasil para el Mercosur y ALADI— y otra sobre legislación laboral por Milton Castellano, director del Instituto Cuesta Duarte.

Posteriormente se abrirá un espacio de preguntas y de debate con los panelistas y más tarde los participantes discutirán los contenidos de una declaración conjunta sobre el Banco del Sur y la Unasur.

El martes 24 continuarán las actividades en el Hotel HN Columbia (Rambla Gran Bretaña 473, a cien metros de AEBU) en una jornada dedicada a la planificación de actividades, tras una presentación de Benjamin Parton, de UNI Américas.

El 25 los participantes se dividirán por grupos de bancos para elaborar demandas y planificar las acciones de las redes respectivas.

El 26 de julio —día de cierre del encuentro— se realizará la presentación de los trabajos de las distintas redes y posteriormente se reunirá el Grupo Directivo de UNI Américas Finanzas, para preparar la Conferencia mundial de UNI Finanzas que tendrá lugar en nuestra capital entre el 1 y el 9 de diciembre.

Holcim, Etex, Lafarge

ICM, 27.07.2012

Creando redes sindicales internacionales en América Latina y el Caribe

Los días 16 y 17 de Julio se realizó en Lima, Perú, el encuentro de la "Red ICM de Multinacionales de Materiales de Construcción". En esta actividad participaron 25 representantes sindicales de los trabajadores de las multinacionales; Holcim, Lafarge, Etex, y Cemex de Argentina, Chile, Perú, Brasil, Colombia, Honduras y Panamá.

Los trabajadores reunidos durante dos días debatieron la problemática que les imponen las empresas y el desarrollo en conjunto de estrategias que permitan el mejoramiento de las condiciones de los trabajadores. Con una participación activa de los presentes se logró avanzar hacia un plan de trabajo nacional que fortalezca la red a nivel regional dando cumplimiento a las diversas actividades programadas.

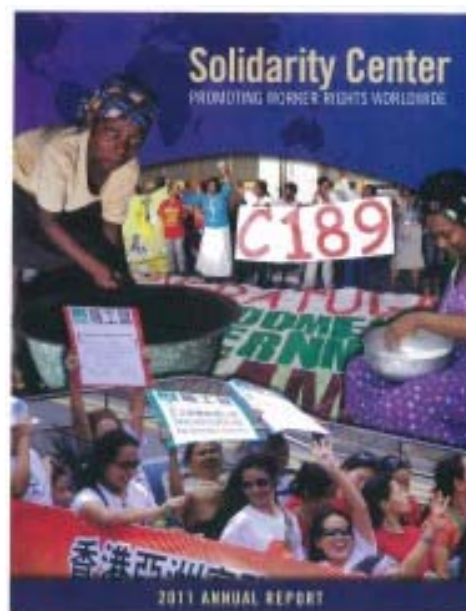
La "Red Sindical ICM de Multinacionales de Materiales" ha definido crear redes sindicales por empresa para así abrir caminos de diálogo social con sus casas matrices que les permita mejorar las relaciones y con ello las condiciones de trabajo, sin perder los objetivos principales del sindicato como movimiento de lucha en defensa de los derechos de los trabajadores.

La solidaridad de la AFL CIO en Colombia

Factor clave para hacer visibles las realidades laborales y sindicales negadas

Luciano Sanín Vásquez, Director General de la ENS e Guillermo A. Correa Montoya, Subdirector de la ENS - Agencia de Información Laboral ENS, 14.07.2012

Algo más de 12 años atrás, cuando las violaciones a la vida, libertad e integridad contra sindicalistas en Colombia resultaban, además de abrumadoras, altamente invisibilizadas; y las víctimas de una violencia selectiva no parecían preocupar a muchos, excepto a los familiares, sindicatos y algunas ONG nacionales e internacionales, el Centro de Solidaridad de la AFL CIO en Colombia, bajo la dirección de Rhett Doumitt, se convirtió en uno de los puntos de apoyo claves para el movimiento sindical.



Eso en parte porque decididamente asumió el tema de la violencia antisindical con alta preocupación, e inició con notable esfuerzo una campaña a nivel internacional (con un foco central en los EEUU), sensibilizando a la principal central sindical de su país (la AFL CIO), a representantes políticos, senadores, a la Embajada estadounidense en Colombia, al Departamento de Trabajo de EEUU, a ONG internacionales, entre otros, sobre la difícil situación que debían enfrentar los sindicalistas colombianos.

Este compromiso no solo propició la creación de un ambiente de opinión y de exigibilidad para la protección de la vida de los sindicalistas en Colombia, también se materializó en un programa de protección directa a diferentes líderes y dirigentes sindicales con alto riesgo de ser asesinados (sindicalistas de todos los sectores económicos y de las diferentes líneas político- sindicales que tienen presencia en el país).

Este programa de pasantías formativas en Estados Unidos, en el cual los líderes sindicales colombianos fortalecieron su trabajo y liderazgo sindical, compartiendo durante varios meses con organizaciones sindicales de Estados Unidos, además de generar importantes campos de formación en liderazgo, se convirtió en una estrategia real de protección que garantizó la vida de al menos 40 líderes sindicales, quienes hoy cumplen un papel importante en el movimiento sindical colombiano.

En esta misma línea es necesario resaltar el papel que el Centro de Solidaridad, vinculado con el movimiento sindical colombiano, tuvo frente al rechazo de la firma de un acuerdo de libre comercio entre Estados Unidos y Colombia. Sin lugar a dudas el compromiso del Centro con el movimiento sindical permitió ir configurando una agenda política y sindical de oposición al Tratado. Además de su preocupación por el clima de violencia y el exterminio sistemático al que es sometido el movimiento sindical, resaltó la asimetría en la negociación del Tratado y las precarias condiciones de miles de trabajadores en Colombia, que hasta ese momento eran altamente invisibles en el país.

Con el apoyo fundamental del Centro de Solidaridad, el movimiento sindical colombiano encontró aliados políticos claves para la oposición al tratado, estableció alianzas y acciones con la central (AFL-CIO), con parlamentarios demócratas y diferentes organismos internacionales de derechos humanos, como Wola, Human Rights Wacht, entre otros.

Si bien el TLC finalmente se firmó y entró en vigencia en mayo de 2012, el importante esfuerzo de oposición mantuvo congelado durante algo más de seis años la ratificación del acuerdo, tiempo en el cual, a través del esfuerzo de una parte del movimiento sindical en vínculo permanente con el Centro, se avanzó en la construcción e incorporación de una agenda laboral para el país, bajo la firma de un plan de acción en derechos laborales entre los dos gobiernos, que si bien continúa pendiente de producir los efectos esperados, ha creado un hito importante en la perspectiva de generar algunos cambios en materia laboral y sindical en Colombia. >>>

La solidaridad de la AFL CIO en Colombia (cont.)

>>> En este punto es necesario resaltar el papel del Centro, que además de servir de puente entre la AFL-CIO y el movimiento sindical colombiano, creó la confianza y los canales de trabajo estratégicos con parlamentarios y organizaciones de DH para exigirle al gobierno colombiano acciones transformadoras de las realidades laborales y sindicales, y ese mismo compromiso se mantiene vigente hoy bajo un trabajo permanente de monitoreo al cumplimiento del Plan de Acción.

Además de hacer visible y convertir políticamente sensible y exigible el tema de las violaciones a la vida, libertad e integridad contra sindicalistas en Colombia a nivel internacional, el Centro de Solidaridad, mediante procesos de investigación, fortalecimiento y promoción de las organizaciones sindicales, ha logrado visibilizar, exigir y crear agendas sindicales para transformar las precarias condiciones de los y las trabajadores afrocolombianos, los trabajadores de los puertos, de la palma y los subcontratados del petróleo, entre otros.

Si nos preguntáramos por el papel que ha cumplido el Centro de Solidaridad en Colombia durante los últimos diez años, necesariamente tendríamos que señalar su fundamental apoyo al movimiento sindical colombiano, traducido en una intención clara de protección de la vida y las garantías sindicales de los trabajadores, su esfuerzo y compromiso en la sensibilización internacional frente al tema, y la demanda de una acción permanente de exigibilidad con medidas efectivas de protección y de transformación de las condiciones laborales. Sin duda, uno de sus aportes más esenciales para los trabajadores colombianos ha sido su interés en las realidades laborales olvidadas e invisibles de miles de trabajadores.

El apoyo para la conformación de un Consejo Laboral Afrocolombiano, cuya existencia pública será presentada este sábado 14 de julio en la ciudad de Cali, como estrategia laboral y sindical que busca transformar las crudas realidades laborales de hombres y mujeres afrocolombianos, nuevamente resalta el valioso papel que el Centro de Solidaridad realiza en Colombia, en particular haciendo visible las realidades precarias de un amplio conjunto de trabajadores y trabajadoras que diariamente deben enfrentarse a procesos permanentes de discriminación y exclusión étnico- racial en el mundo laboral .

Según la AFL-CIO, principal central sindical de Estados Unidos, el gobierno de Colombia se "raja" en la implementación del Plan de Acción Laboral suscrito con el gobierno de Estados Unidos para la entrada en vigencia del TLC entre ambos países. "La aplicación de medidas de protección a trabajadores ha sido simbólica", aseguró.

Esta declaración la hizo el vocero de la AFL-CIO este martes en Washington, durante un evento en el que también participaron representantes de la Escuela Nacional Sindical, otras organizaciones colombianas y ONG.

Aunque el gobierno de Estados Unidos anunció el pasado 15 de abril que el gobierno colombiano había dado importantes pasos para cumplir con el Plan de Acción en Derechos Laborales, "los progresos son mínimos en materia de las necesidades de los trabajadores y los sindicatos", y aún falta mucho trabajo para asegurar que en Colombia los trabajadores puedan ejercer sus derechos sin colocar su vida en riesgo", dice el informe, y concluye: "Si bien hoy se cuenta con nuevas leyes y directrices, el gobierno colombiano aún no ha logrado demostrar su implementación exitosa".

Publicamos un completo informe sobre esta declaración de la AFL-CIO, que en líneas generales coincide con el informe que sobre la misma materia presentó la ENS, en el que señala que de las 37 medidas a las que se comprometió el gobierno colombiano, al menos 9 no se han adoptado, y de las 28 que se han adoptado, varias se pueden calificar como parciales e insuficientes. Se anexa dicho informe.

Desgargué versión digital-PDF [haciendo click aquí](#)

Brasil: Funcionários da CPFL encerram greve com vitória

Por Fábio Ramalho – Redação UGT com informações do Sintius, 11.07.2012

Após sete dias de paralisação, os funcionários da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), da Baixada Santista, finalizaram com sucesso a greve deflagrada no último dia quatro e que teve como motivação, principalmente, a luta dos trabalhadores pela garantia do quadro mínimo, medida que impede que a empresa realize demissões de massa, ou terceirizem seus funcionários.

Segundo Jorge Arrivabene, presidente em exercício do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira (Sintius), entidade filiada a União Geral dos Trabalhadores (UGT), o resultado da mobilização foi satisfatória e dura, já que a CPFL entrou na justiça para forçar a volta dos grevistas, tentou substituir os trabalhadores e trabalhadoras parados por profissionais do interior e, por conta dessas tentativas de barrar a greve, oficiais de justiça tiveram que acompanhar as ações da categoria.

Outra grande vitória foi à redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais descritas no seguinte termo: "Horário comercial de 40 horas semanais com base de cálculo para todos os efeitos de 200 horas mensais; demais regimes excetuando os descritos no inciso I (turno ininterrupto de 36 horas) a jornada média semanal será de ATÉ 40 horas, com base de cálculo de 200 horas para todos os efeitos".

A categoria aceitou também um reajuste de 6,1%, somado a 0,2% de verba de movimentação de pessoal, totalizando 6,3%. Em relação a Plano de Lucros e Resultados (PLR/2012), o montante a ser distribuído será de 1,11% da somatória dos resultados dos serviços, com inclusão de metas REGIONAIS a serem cumpridas e não mais por gerentes como queria a CPFL.

Eletricitários iniciam greve

Mariana Veltri, da redação da UGT, 20.07.2012

O Sistema Eletrobras iniciou nesta segunda-feira, 16/07, uma greve por melhor salário para a categoria dos eletricitários. Os estados de São Paulo e Minas Gerais aderiram ao movimento nesta quinta-feira, 19/07.

O que a categoria dos eletricitários reivindica é 5.10 do IPCA. Segundo informou para a UGT, o secretário geral da Fenatema, José Carlos Souza, hoje a Federação e o Sindicato dos Eletricitários - cujos alguns membros são parte da UGT -, estão reunidos em Brasília com o secretário da presidência, Gilberto Carvalho, para que o Planalto atenda as reivindicações. Caso contrário, a paralisação se estenderá por tempo indeterminado.

Greve da Eletrobras tem 80% de adesão, diz sindicato

A adesão dos funcionários do Sistema Eletrobrás à greve iniciada à meia-noite desta segunda-feira está em cerca de 80%, mas sem afetar o abastecimento de energia, segundo o diretor da Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel) e do Sindicato dos Eletricitários do Estado do Rio de Janeiro, Emanuel Mendes. Ao todo, são 27 mil empregados na estatal e em suas subsidiárias, como Eletronuclear, Chesf e Furnas. A paralisação é nacional e por tempo indeterminado, até a Eletrobrás oferecer nova proposta de reajuste aos funcionários.

Segundo Mendes, a última reunião dos representantes dos empregados com a direção da empresa foi em 29 de junho e a proposta de reajuste de 5,1% foi rejeitada. Os funcionários pedem 10,47%. Entre os dias 4 e 6 os trabalhadores já haviam feito uma paralisação de 72 horas. "Estamos com uma adesão de praticamente 80% dos trabalhadores", afirmou Mendes, completando que o número mínimo de empregados em serviço, para garantir o abastecimento, varia de acordo com a subsidiária.

Na holding, cujas funções são sobretudo administrativas, cerca de 250 dos 1,1 mil funcionários trabalharam nesta segunda-feira. O número é negociado com a direção de cada empresa. "Não há possibilidade nenhuma de apagão ou qualquer coisa parecida porque cada estado tem seu comando de greve trabalhando no sentido de não deixar faltar energia para a população", disse Mendes.

No plano nacional, a greve é organizada pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), da qual sindicatos e associações de trabalhadores de cada estado fazem parte. Caso a negociação seja reaberta, a greve será interrompida para que a nova proposta seja analisada. A Eletrobrás ainda não se posicionou sobre a greve.

Peru: Sindicatos em campaña contra contratos temporales

IndustriALL , 20.07.2012

Dos federaciones sindicales textiles en el Perú están lanzando una campaña denominada 'adopta un Congresista' como parte de sus esfuerzos para derogar una ley que durante más de treinta años ha condenado a los trabajadores del sector a contratos a corto plazo en pésimas condiciones de trabajo.

El año pasado el FNTTP, una filial de IndustriALL Global Union, logró introducir en el Congreso un proyecto de ley para derogar las disposiciones laborales de la ley 22342 sobre las exportaciones no tradicionales. Sin embargo, los intereses creados han impedido que el proyecto llegara al voto en la Comisión de Trabajo del Congreso.

Mientras que el Congreso estaba en receso, dirigentes de más de veinte sindicatos de base de diferentes lugares del país se reunieron en Lima el 17 de julio para reagruparse y planear la siguiente fase de su campaña.

En un taller organizado por la IndustriAll con el apoyo de la Fundación Paz y Solidaridad de España, los participantes impulsaron propuestas para una campaña 'adopta un Congresista' dirigida a fomentar la participación de las bases en llamar la atención de los Congresistas sobre el tema.

Los sindicatos de base mandarán cartas y recogerán firmas en una petición dirigida a los Congresistas. También se prevé una escalación de la campaña en el próximo período para asegurar que la voz de los trabajadores se oiga fuerte y claro en momentos claves de la campaña para derogar la ley 22342.

Explica Gerardo Olórtegui, Secretario de Defensa de la filial de IndustriALL FNTTP: "Los pasillos del Congreso están llenos de abogados pagados por las empresas, quienes tienen el lujo de poder asistir a todas las audiencias y de invitar a los Congresistas a almorzar cuando quieren. Nuestra Federación, en cambio, tiene recursos muy limitados, así que tenemos que sacar el máximo provecho de la riqueza que tenemos: el compromiso de nuestros miembros".

"Los trabajadores están desesperados por un cambio", dice Olórtegui. "Tenemos que concientizar a los Congresistas sobre el impacto de esta ley en los trabajadores del sector, y buscar su apoyo, voto a voto.

La ley 22342 sobre las exportaciones no tradicionales, adoptada hace tres décadas como una medida transitoria para ayudar a empresas incipientes en un sector inestable, hoy protege los intereses de algunas de las empresas más grandes y rentables del país. Como resultado de ello, a los trabajadores se les niega el derecho a organizarse y a negociar colectivamente, y los salarios en el sector se encuentran entre los más bajos del país. Trabajadores de la confección se ven obligados a trabajar doce horas al día por un salario que cubre menos de la mitad de la canasta básica.

Denuncian la política represiva con un saldo de 15 muertos

Rebanadas de Realidad - CGTP, 04.07.2012

Condenaron las muertes en Celendín, Cajamarca, y exigieron al gobierno solución al conflicto social.

Hicieron un llamamiento a la población para participar de la jornada nacional de lucha del 12 de julio

En conferencia de prensa desarrollada en la CGTP, el Secretario General, Mario Huamán, expresó el profundo pesar por los hechos luctuosos ocurridos en la Provincia de Celendín, Cajamarca, que han costado la vida de tres peruanos y numerosos heridos, víctimas de la represión. "Nuestra solidaridad con los familiares de los fallecidos y con el pueblo de Cajamarca. Y nuestro más enérgico repudio a la política represiva implementada por el Ministro Valdés y el del Interior Wilver Calle Girón, a los cuales les exigimos su inmediata renuncia junto al resto del gabinete por ser los responsables de dichas muertes y que en total vienen sumando 15 en lo que va de este gobierno", precisó.

Mexico: Victoria de reconocimiento de los metalúrgicos

IndustriALL , 19.07.2012

Victoria de reconocimiento de los trabajadores metalúrgicos mexicanos

La larga lucha de los trabajadores metalúrgicos mexicanos en DMI para organizarse en el STIMAHCS acabó finalmente con la victoria el 6 de julio, tras una paciente y determinada lucha que ilustra los obstáculos con que tropiezan las libertades sindicales en México.

El sindicato de trabajadores metalúrgicos STIMAHCS, afiliado a la IndustriALL, es miembro del Frente Auténtico del Trabajo (FAT), que forma parte de una alianza con el UE de Estados Unidos, también afiliado a la IndustriALL. En este esfuerzo de sindicación en Dimensional Metals Inc. (DMI), el STIMAHCS tenía que ganar dos elecciones, y numerosas causas judiciales, bajo la amenaza de violencia física y sucias tácticas de un sindicato de empresa corrupto, así como el despido de conocidos sindicalistas.

Se tardó dos años en lograr la primera elección, pero finalmente se realizó y ganó el 8 de octubre de 2010. Esa elección democrática se invalidó debido a las apelaciones de un sindicato amarillo. El 4 de julio de 2012, la Junta Federal de Conciliación y Arbitraje ordenó que el 6 de julio se celebrara en la planta otra elección. El día elegido daba esperanzas al sindicato de empresa, por coincidir con la celebración de una fiesta familiar en México, por lo que cierto número de trabajadores no participarían en la votación.

El día de la elección, el sindicato amarillo desplegó a un grupo de matones en las puertas de la planta para intimidar a los trabajadores, tratando a veces de impedir que entraran. Como se estimaba que prácticamente la totalidad de los trabajadores votarían a favor del STIMAHCS, la única posibilidad del sindicato amarillo era que se aplazara la elección, provocando un conflicto. Esto se evitó mediante un esfuerzo concertado del STIMAHCS.

En la elección se consiguió una victoria decisiva, pues el sindicato amarillo sólo obtuvo cuatro votos. Las nuevas relaciones de trabajo en la planta beneficiarán a la dirección y a los trabajadores, y los líderes del nuevo sindicato encomiaron inmediatamente a la compañía por permitir la celebración de una elección neutral, actitud rara de un empleador en México.

El trabajo decente en el centro de las acciones sindicales

ICM, 14.07.2012

Casi por 2 semanas, 30 personas pertenecientes a algunas de las principales centrales sindicales de la región de América Latina y el Caribe y representantes de las Federaciones Sindicales Internacionales (FSI) en la región se reunieron en Buenos Aires para continuar un proceso de formación de formadores con el propósito de extender la lucha por alcanzar trabajo digno desde una perspectiva interdependiente sustentada en cuatro pilares fundamentales: derechos de los trabajadores, protección social, empleo y diálogo social.

La actividad incluyó también un curso dirigido a los representantes de las FSI sobre trabajo decente con transversalidad de género, con especial atención a las normas internacionales del trabajo. Representando a la Internacional de Trabajadores de la Construcción y la Madera (ICM) estuvo Marcelina Samaniego, responsable por el tema de género, quien resaltó la importancia que tiene para los sectores construcción y madera, la formación vinculada con la sindicalización y la necesidad que hay en la región de incrementar el poder de diálogo social para reforzar la negociación colectiva.

Igualmente participaron miembros de la afiliada de la ICM en Argentina, la UOCRA, y cabe destacar que durante el mismo, se suscribió el tercer Programa de Trabajo Decente País Argentina, el que está a cargo del Presidente de la ICM en la Región el cro. Gerardo Martínez.

El evento estuvo convocado por la OIT-ACTRAV-CIF, la CSA con apoyo de la Fundación Paz y Solidaridad "Serafín Aliaga" de Comisiones Obreras de España, Fundación UOCRA, la AECID y el Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación de España. Se prevé que el proceso de formación continúe ya en una dimensión virtual, para lo cual la ICM tendría la oportunidad de involucrar a más participantes.

Brasil: Sindicato de las Costureras conquista Cláusula Histórica

IndustriALL, 13.07.2012

El acuerdo que se introduce en el acuerdo colectivo incluye la obligación de siete mil empresas en São Paulo en la provisión de una silla ergonómica a los trabajadores del sector.

El 27 de junio el Sindicato de las Costureras de Sao Paulo y Osasco, afiliado a IndustriALL Global Union, celebró un acuerdo histórico. Se trata de una cláusula para ser incluida en la Convención Colectiva de Trabajo de la Categoría donde las empresas tienen que proporcionar a sus trabajadores sillas ergonómicas de acuerdo con el informe solicitado por CONACCOVET (Confederación Nacional de Trabajadores de los sectores textil, ropa, cuero y calzado) y elaborado por FUNDACENTRO / SP a través del ergonomista Ricardo Costa Serrano.

Este logro es el resultado de más de dos años de lucha y muchas reuniones para llegar a un consenso. El sindicato ha centrado en sus convenciones aspectos importantes para sus representados y la silla ergonómica ha sido uno de ellos, porque está comprobado que una estación de trabajo ergonómicamente correcta contribuye para no enfermar al trabajador (a). Siempre consciente e informando de los beneficios para los trabajadores (as) el Sindicato de las Costureras de São Paulo y Osasco creó un comité para abordar las cuestiones de Salud, Seguridad y Medio Ambiente en el trabajo que tiene como miembros a Milene Rodrigues, Elías Ferreira, José Antonio S. Rodrigues da Costa y Ricardo Serrano.

Con esta nueva cláusula en la Convención, los trabajadores tienen un arma importante para combatir los trastornos musculoesqueléticos -síndrome clínico que afecta el sistema músculo-esquelético, en general, que se caracteriza por la aparición de diversos síntomas como el dolor crónico, parestesia, fatiga, que se manifiesta principalmente en el cuello, cintura escapular y / o extremidades superiores. Estos síntomas aparecen como consecuencia de las relaciones y la organización del trabajo, donde las actividades se realizan con movimientos repetitivos, postura incorrecta, el trabajo muscular estática y otras condiciones inadecuadas-.

Con este hito, el Sindicato de Costureras de São Paulo y Osasco convertido en el primer sindicato del sector en Brasil en insertar en la cláusula de negociación colectiva el trabajo obligatorio que se ocupa de los trabajadores en el tema de la ergonomía. El acuerdo incluye la obligación de siete mil empresas en São Paulo en la provisión de una silla ergonómica que cumpla con el laudo FUNDACENTRO / SP para sus empleados (as).

"No importa el tamaño de la empresa ni la nacionalidad de sus empleados, el sindicato luchó y ganó el beneficio de los 80.000 trabajadores representados por él. Fue una lucha ardua que valió la pena", destacó Elías Ferreira del Sindicato de las Costureras.

Rede BASF realiza Diálogo Social com lideranças da empresa

CNQ, 24.07.2012

4 dias de debate, discussões, espaços de formação e integração entre os trabalhadores/as da Rede BASF, que culminaram em uma rodada de diálogo social com a empresa na última quinta-feira, 19/7. Na ocasião, foram efetuados diversos debates e apresentações relacionadas aos projetos nacionais e regionais da empresa, além de temas de interesse de todas as unidades da BASF

Visando melhorar as condições de trabalho dentro da empresa, destacam-se alguns temas:

- Planos de Saúde e Odontológico, com abordagem na questão da co-participação e aumento anual, onde foi solicitada revisão dos índices aplicados atualmente.
- A questão das ferramentas de avaliação interna da BASF. Os trabalhadores pleitearam utilização destes conceitos em prol dos trabalhadores, pois os foi diagnosticado grandes deficiências de aplicação e performance. Foi solicitado um estudo em conjunto com a Rede para uma possível melhoria no tema.
- Foi ressaltada a importância do modelo de Diálogo que se considera ideal, com efetiva participação dos representantes dos trabalhadores em todas as etapas dos processos que envolvam modificações significativas em suas vidas e na rotina diária de trabalho nas localidades.
- A questão da terceirização foi discutido e avaliado, seguindo os parâmetros da luta do movimento sindical nesta pauta permanente, objetivando aumentar as condições para o trabalho decente.

Por fim, será realizado em setembro o encontro Regional da CRTB, onde os países que compõe a Rede de Trabalhadores poderão num formato idêntico ao Nacional, discutir os problemas regionais da América Latina.

Argentina: YPF y los trabajadores

Sindicato de Petróleo y Gas Privado de Río Negro, Neuquén y La Pampa - Rebanadas de Realidad, 12.07.2012

El Director de YPF en representación de los trabajadores y Secretario General del Sindicato de Petróleo y Gas Privado de Río Negro, Neuquén y La Pampa, Guillermo Pereyra, expresó: "Ante la designación del Gobierno Nacional en el Directorio vacilé mucho, pero lo consulté con los compañeros y acepté porque es el desafío que tenemos los trabajadores cuando tenemos la oportunidad de estar en el centro de las discusiones de una empresa tan importante como es YPF"

"Siempre dijimos que veníamos de años de desinversión, hicimos las denuncias de las fallas de seguridad y en el cuidado del medio ambiente", destacó el líder petrolero al disertar durante la presentación del plan "YPF y los trabajadores", junto con el presidente y CEO de la petrolera, Miguel Galuccio.

El programa presentado en el espacio Duam es una iniciativa de YPF en forma conjunta con los sindicatos del sector y las empresas proveedoras y de servicios. Es un inédito programa de formación técnica y productividad, que capacitará a más de 45 mil trabajadores (15 mil propios y unos 30 mil pertenecientes a contratistas), a cargo de un equipo especializado de 220 instructores que dictarán 1.700 cursos, para trabajadores de Neuquén, Río Negro, La Pampa, Mendoza, Chubut, Santa Cruz y Buenos Aires.

"Tenemos el diagnóstico, ahora falta la acción, no sólo de YPF sino de todas las empresas", indicó Pereyra. Y agregó: "Dentro del Directorio hablamos con Galuccio, una persona dispuesta a trabajar y a sacar a YPF adelante y solucionar todos estos temas".

Además, el sindicalista pidió capacitar a los jóvenes desocupados. "terminemos con los cortes de ruta, capacitemos a esos jóvenes". Y aseguró: "vamos a sacar YPF adelante", aunque advirtió que "si no asumimos el compromiso todos juntos vamos a fracasar".

Señaló que se produce un promedio de seis derrames al día que no tienen solución por el momento, y que hay ocho accidentes mortales al año, entre otros problemas. Aseguró que es frecuente que las empresas oculten los resultados de los exámenes de salud de los trabajadores. Además, Pereyra reclamó que "avanza la tecnología y no se capacita a los trabajadores para poder utilizarla".

Mientras que Galuccio dijo que "la seguridad siempre fue el centro de todo lo que hice, no por una cuestión de negocio o productividad, sino por una cuestión de moral. Nadie puede vivir con un grupo de trabajo que ha sufrido la pérdida de un compañero".

En el plan cooperan 173 empresas proveedoras y de servicio y el Sindicato del Petróleo y Gas Privado de Río Negro, Neuquén y La Pampa; el Sindicato Unido Petroleros e Hidrocarburíferos (Supeh); el Sindicato del Personal Jerárquico y Profesional del Petróleo y Gas Privado de Neuquén, Río Negro y La Pampa; la Unión Obrera de la Construcción de la República Argentina (UOCRA); y los Sindicatos de Camioneros de Río Negro y de Choferes de Camiones y Personal del Transporte Automotor de Cargas del Neuquén.

"Vamos a hacer de YPF una empresa de energía profesional, integrada, competitiva, global, con un fuerte compromiso con la seguridad de nuestra gente y el cuidado del medio ambiente", destacó hoy en Neuquén el presidente y CEO de YPF, Miguel Galuccio, al poner en marcha el programa de formación técnica y productividad, ante trabajadores, representantes de los sindicatos, empresas contratistas y autoridades provinciales y municipales.

YPF lleva a cabo esta iniciativa en forma conjunta con los sindicatos del sector y las empresas proveedoras y de servicios. Es un inédito plan de formación técnica y productividad, que capacitará a más de 45 mil trabajadores (15 mil propios y unos 30 mil pertenecientes a contratistas), a cargo de un equipo especializado de 220 instructores que dictarán 1.700 cursos, para trabajadores de Neuquén, Río Negro, La Pampa, Mendoza, Chubut, Santa Cruz y Buenos Aires.

Con la puesta en marcha de este programa, denominado "YPF y los trabajadores", la compañía ratifica su compromiso de establecer el cuidado de la gente como su principal política de gestión, anticipada por Galuccio en la presentación del plan estratégico orientado a producir un cambio de paradigma energético en el país. "La seguridad es una obligación moral", dijo hoy el CEO de YPF durante la presentación.

Em defesa da soberania do povo paraguaio

Adital, 18.07.2012

Organizações se manifestam em defesa da soberania energética e financeira do povo paraguaio

Após repudiar o golpe de estado institucional que tirou do poder o presidente Fernando Lugo, organizações argentinas, brasileiras e paraguaias lançaram um comunicado assinalando os pontos que possam ferir as grandes conquistas conseguidas ao longo do mandato de Lugo, a respeito da soberania energética e financeira que envolvem às questões binacionais como Itaipu e Yacretá.

Ante todo o contexto, as organizações rechaçam qualquer medida do governo ilegítimo do sr. Federico Franco que implique um retrocesso nas conquistas obtidas em matéria de soberania energética e financeira a partir de 15 de agosto de 2008.

"Fazemos memória da luta compartilhada entre organizações e movimentos sociais paraguaios, brasileiros e argentinos em defesa da soberania energética e financeira do Paraguai. Isto implicou, entre outras conquistas: na triplicação por parte do Brasil da compensação financeira recebida pelo Paraguai pela energia cedida da represa de Itaipu, e a realização de uma investigação-auditoria por parte da Controladoria Geral da República da dívida financeira espúria e ilegítima reclamada ao povo paraguaio, que deu como resultado dois informes onde se constata as ilicitudes e ilegalidades que se vinha denunciando", afirma o comunicado.

Segundo as organizações, o povo paraguaio – por meio de seus movimentos – deve ser controlador da utilização dos recursos financeiros obtidos a partir da triplicação da compensação de Itaipu para que não se desviem da função e objetivo que devem ter em seu benefício, especialmente dos setores mais relegados e empobrecidos.

Recordam que, faz tempo, há "em alguma gaveta perdida" no Congresso, o mesmo que em tempo recorde destituiu a um presidente constitucional, um projeto de iniciativa popular apresentado pela Coordenadora Nacional pela Integração e Soberania Energética (Conise) para uma repartição justa e equitativa desses recursos.

Multinacional Rio Tinto Alcan

O comunicado denuncia que estariam em curso as negociações para a implementação da planta siderúrgica da multinacional Rio Tinto Alcan, para a exploração de alumínio. Tal projeto já havia sido negado pelo então presidente Fernando Lugo, por representar sérios danos à economia paraguaia. Segundo informações extra-oficiais, a instalação poderia gerar o desembolso de quase 14 bilhões de dólares em 20 anos – que equivale a quase 7 vezes a dívida externa reclamada.

Afirma, também, que esses recursos deveriam ser cobertos pela Administração Nacional de Eletricidade, seja aumentando a tarifa elétrica, impostos ou endividando-se para gerar os recursos financeiros necessário para solucionar o subsídio. Seja como for, será o povo paraguaio quem financiará com seus recursos esta empresa multinacional, que vem simples e claramente para violar a soberania energética paraguaia e para saquear um recurso estratégico como a energia no atual contexto de crise global.

"Rechaçamos qualquer acordo com a multinacional Rio Tinto Alcan que implique um saqueio da energia gerada, novas dívidas financeiras ilegítimas e o aumento das dívidas sociais, ecológicas e climáticas, fruto dos impactos ambientais que a implementação de uma indústria eletro-intensiva de tal magnitude trará em território paraguaio", declaram as organizações.

O comunicado foi enviado pela Rede Jubileu Sul. As adesões podem ser feitas ao e-mail: jubileosur@gmail.com

Peru: Manifestações contra Conga se intensificam

Natasha Pitts, Adital - 12.07.12

Nesta semana, as mobilizações contra o projeto mineiro Conga, de extração de ouro e cobre no Peru, se intensificaram novamente após mais de 40 dias de greve. Mesmo com a implantação do Estado de Emergência, as ações tiveram continuidade desafiando a intensa presença militar e policial nos municípios do departamento de Cajamarca. Além de exigir a inviabilidade de Conga, da estadunidense Newmont, agora os manifestantes pedem a renúncia do Primeiro ministro, Óscar Valdés.

Ontem, o dia foi repleto de manifestações não só na região de Cajamarca, mas também na capital, Lima, onde a Articulação Continental de Movimentos Sociais e estudantes cajamarquinos promoveram uma ampla agenda de atividades. Pela manhã, as ações aconteceram na Universidade Nacional de Engenharia e pela tarde se concentraram na Praça San Martín com hasteamento da bandeira 'Não mais mortos – Conga não vai', exposição de fotos e costura coletiva da bandeira ecológica em homenagem a Cajamarca.



Hoje, Lima também foi palco de uma grande manifestação em solidariedade à população que luta contra o projeto mineiro. Pela manhã, as atividades foram realizadas na Universidade Nacional Federico Villareal, já pela tarde se desenvolveu a "jornada nacional de luta", organizada pela Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP). A jornada consistiu em um conjunto de atividades que tiveram a participação de grêmios de professores, trabalhadores, camponeses, organizações juvenis, de mulheres e partidos de esquerda.

A jornada, que começou na Praça Dois de Maio e seguiu pelas ruas de Lima até a Praça San Martín, reforçou os pedidos da população de Cajamarca pela inviabilidade do projeto mineiro Conga e a renúncia do Primeiro ministro, Óscar Valdés, a quem consideram o responsável pelas cinco mortes ocorridas no contexto de manifestos contra o projeto mineiro e que teriam ocorrido em virtude da repressão policial.

Segundo o secretário geral da CGTP, Mario Huamán, além de Lima, a "jornada nacional de luta" aconteceu também em dez cidades do Norte e Sul do Peru.

A Confederação Geral de Trabalhadores também se manifestou denunciando uma campanha midiática contra a jornada nacional de luta. A CGTP assegura que é interesse de alguns meios de comunicação proteger os interesses dos grupos de poder econômico e evitar que a opinião pública exija as mudanças prometidas durante as últimas eleições.

Em Cajamarca, a Frente de Defesa Ambiental da região também promoveu ações contra a instalação do projeto mineiro que pode provocar desabastecimento hídrico no departamento. Desafiando o Estado de Emergência imposto em Cajamarca, Celendín e Hualgayoc, o setor mais radical de Bambamarca (capital de Hualgayoc) realizou uma marcha pelas ruas da cidade para mostrar o repúdio absoluto ao projeto aprovado pelo presidente Ollanta Humala.

Demandas

Na segunda-feira (9), a Frente de Defesa Ambiental de Cajamarca levou ao governo seus principais pontos de discussão. A pauta consta de 17 pontos que questionam o estudo de impacto ambiental apresentado pela mineira Yanacocha; pede a defesa do meio ambiente e do ecossistema altandino; exige respeito à saúde da população de Cajamarca, Celendín e Bambamarca; pede que se conheça a geografia da região onde se pretende instalar o projeto Conga; exigem que o governo e os meios de comunicação não semeiem a divisão entre a população cajamarquina; pede medidas exemplares contra os policiais e militares que tiraram a vida dos cinco manifestantes, entre outras.

Na ocasião, a Frente de Defesa também entregou aos mediadores uma garrafa com água contaminada, de cor amarela, retirada do rio Arascorgue (Bambamarca), para mostrar o que acontecerá com as fontes de água e, por fim, asseguraram plena disposição para continuar a luta em defesa da água e do meio ambiente.

U A W: 'Sindicatos têm de se envolver politicamente'

O Estado de São Paulo – 12.07.2012

Visto como o mais poderoso sindicato de metalúrgicos, o UAW (sigla para United Auto Workers), que representa 390 mil trabalhadores e 600 mil aposentados do setor automobilístico americano, abre este mês uma filial no Brasil. Segue, assim, a mesma estratégia das montadoras que, diante da queda da clientela nos países-sede estão migrando para países em desenvolvimento.

Com a decadência do movimento sindical, o UAW tem como bandeira hoje criar o que seu presidente, Bob King, chama de movimento global de solidariedade entre os trabalhadores.

Em visita ao Brasil nesta semana, o sindicalista fez críticas à atuação de montadoras que tentam impedir a organização dos trabalhadores e defendeu a relação próxima entre centrais sindicais e governo. "O único grupo organizado que de fato representa os interesses dos trabalhadores são os sindicatos e eles devem se envolver com o governo e, quando isso ocorre, há mais resultados positivos nas questões sociais."



Ex-funcionário da Ford, formado em Direito, foi eleito em 2010 para gestão até 2014. Aos 65 anos, pretende revitalizar o movimento sindical nos EUA e no mundo todo. No Brasil, participou de encontro da CUT, reuniu-se com políticos em Brasília e visitou o ex-presidente Lula, que considera um "ídolo". A seguir, trechos da entrevista.

Por que o UAW vai ter um escritório no Brasil?

Faz parte da ofensiva de criar um movimento global de solidariedade entre os trabalhadores. Viemos para o Brasil pela mesma razão que as empresas transnacionais estão em todos os lugares, mesmo onde não têm produção. Nós, trabalhadores, precisamos ter essa presença também. Já temos escritórios na França, Índia e México. Abrimos no Brasil e, futuramente, na África do Sul e Alemanha. Buscamos um local em São Paulo, mas já designamos uma representante que tem como tarefa construir a proximidade de atuação entre entidades sindicais. Logo teremos mais gente.

Qual sua opinião sobre o movimento sindical brasileiro?

Tenho inveja. O Brasil é uma esperança para as pessoas ao redor do mundo, pois tem assistido a muitas mudanças. Há muito mais pessoas saindo da pobreza. O País está fazendo progresso. Os EUA estão no caminho inverso. A desigualdade está crescendo. O Brasil está fazendo todas as coisas certas e os EUA todas as coisas erradas.

O sr. acha saudável a relação próxima da CUT com o governo?

Eu vejo como muito boa. A CUT e os sindicatos são porta-vozes dos trabalhadores, sindicalizados ou não. O único grupo organizado que de fato representa os interesses dos trabalhadores são os sindicatos e eles devem se envolver com o governo. Quando isso ocorre, há mais resultados positivos nas questões sociais.

Mas como fica a credibilidade em situações, por exemplo, como a que vivemos agora, em que membros do PT, apoiado pela CUT, serão julgados por corrupção, no processo do Mensalão?

Eu acho que os sindicatos têm de se envolver politicamente. Apoio essa ação em qualquer lugar do mundo, de estar envolvido com todos os partidos políticos e candidatos que apoiam a justiça e as demandas dos trabalhadores. Eu não sei o envolvimento específico da CUT nesse contexto, mas os sindicatos, em qualquer lugar, devem ter regras rigorosas sobre corrupção, integridade, assim como os governos devem ter também. >>>

U A W: 'Sindicatos têm de se envolver politicamente' (cont)

O UAW está preocupado com a atuação da japonesa Nissan, que vai inaugurar fábrica no Rio de Janeiro. Por qual motivo?

Nos EUA, temos grande campanha em andamento para as companhias transnacionais: Toyota, Honda, Nissan, Volkswagen, Mercedes, BMW, Hyundai, Kia. Algumas empresas têm sido muito agressivas no que diz respeito à organização dos trabalhadores, dos seus direitos reconhecidos internacionalmente. Trabalhamos globalmente para evitar esse tipo de repressão. Na fábrica da Nissan, no Mississippi, os trabalhadores não têm representação sindical nem acordo de negociação coletiva, e grande parte é contratada como temporária, por agências.

Como vê a relação de outras montadoras, como GM e Ford, com os funcionários no Brasil?

Trabalhei na Ford, que tem uma rede global, por isso tive mais contato com os trabalhadores da empresa, principalmente em São Bernardo, e a relação com a empresa, pelo que sei, é muito positiva. Os dois lados entendem a necessidade de sucesso e trabalham juntos.

O UAW tem um slogan que pede "compre carros americanos". É possível manter essa campanha e ao mesmo tempo lutar por causas internacionais?

Sim. Queremos construir sindicatos fortes em todos os países porque, dessa forma, os trabalhadores conseguem melhores salários, compram mais mercadorias e geram tributos que são revertidos em mais educação, em infraestrutura. Acreditamos que, agindo em conjunto, todos os trabalhadores serão beneficiados e não vão precisar lutar uns contra os outros.

A China paga baixos salários para os trabalhadores para vender produtos baratos...

Discordo. Essa é a nossa percepção da China, mas acabo de voltar de lá, onde estive com federações e sindicatos. Hoje, eles têm um claro objetivo de tirar as pessoas da pobreza, de formar uma classe média forte. Há um número maior de crianças com acesso à educação. Não é ainda o ideal, mas há progressos. Nos EUA, estamos fazendo o oposto. Estão cortando verbas para educação. Quando eu me formei, vinha de uma classe trabalhadora e pude estudar numa boa universidade. Foi uma luta, mas foi possível. Hoje, as crianças da classe média, da classe trabalhadora, não podem ir para a universidade sem que as famílias façam uma dívida de 50, 80, 100 mil dólares. Todo ano cai o percentual de estudantes que são da classe trabalhadora. Nossa sociedade está indo para o caminho errado. Espero que possamos reconstruir o movimento sindical nos EUA para voltarmos ao caminho de uma sociedade melhor.

Os sindicatos também foram responsáveis pela recente crise das montadoras?

Se alguém diz que a culpa é dos sindicatos e não responsabiliza as empresas não é correto. E vice-versa. Talvez tenhamos focado nos temas internos, sem ter dado atenção ao aprofundamento da competição. Fui eleito justamente por ter discordado do nosso passado de falta de organização da produção. O sindicato entende que houve um período em que nos tornamos complacentes com nossos contratos e perdemos o foco. Agora estamos muito pró-ativos em nossa participação global, em construir alianças para o desenvolvimento dos EUA.

Brasil sobe 2 posições no ranking de venda de carros

Mesmo com queda de 4,4% em maio, País só fica atrás de China, EUA, Japão e Alemanha

O Brasil, que estava na sétima posição no relatório de abril, subiu para a quinta posição, mesmo com a queda de 8,7% nas vendas em maio, para 274.476 unidades. O País está atrás da Alemanha, que emplacou 308.054 veículos no período.

Segundo a Jato Dynamics, nos primeiros cinco meses do ano, o mercado brasileiro de veículos acumulou queda de 4,4% nas vendas, em comparação com igual período de 2011, com 1,29 milhão de unidades negociadas.

Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói anula demissões

Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói 17.07.2012

Na manhã de sexta-feira, 13, o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói chegou ao acordo desejado e os trabalhadores voltaram ao trabalho. A notícia é boa para a classe: além de tickets-refeição no valor de R\$ 210 mensais e 9% de aumento, as demissões por justa causa, emitidas no período de greve, foram revertidas." Foram 43 funcionários que receberam a justa causa, 8 na empresa Enaval e 36 na STX, mas após a reunião, todos estão de volta", explicou Edson Carlos da Rocha, secretário de Administração e Finanças da CNM/CUT e dirigente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Trabalhadores das Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí (Stimmerj).

Acordo firmado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e o Sindicato Nacional da Indústria Naval garantiu a anulação das demissões ocorridas esta semana nos estaleiros STX e Enaval. Ao todo, 43 trabalhadores receberam carta de demissão por justa causa, o que provocou uma greve nos dois estaleiros. Na sexta-feira, os trabalhadores foram reintegrados e as atividades nas empresas voltaram à normalidade.

O acordo entre os sindicatos pôs fim também à campanha salarial dos metalúrgicos de Niterói. Os salários serão reajustados em 9%, com retroatividade ao mês de maio último.

O ticket alimentação passa para R\$ 210 e os dias de greve serão descontados em 50%, na proporção de um dia por mês trabalhado. Os metalúrgicos, nos meses de maio e junho, fizeram uma greve de 16 dias.

Assembleias deram resultados. O vice-presidente do sindicato dos trabalhadores, Edson Rocha, informou que, na manhã de sexta-feira foram realizadas assembleias nas portas dos estaleiros, quando os metalúrgicos aprovaram as bases do novo acordo coletivo. "Conseguimos um reajuste além da inflação e a reintegração de todos os demitidos. Para nós, é uma vitória. Agora, a nossa luta é pela ampliação de empregos nos estaleiros, consolidando a indústria naval da cidade como um importante polo econômico do País", afirma Édson Rocha.

Centrais apóiam os 1,5 mil ameaçados de demissão

CTB, 28.07.2012

A CTB, em parceria com as centrais sindicais NCST, Força e UGT, divulgou uma nota de apoio aos 1,5 mil trabalhadores da General Motors (GM) de São José dos Campos, interior de São Paulo, ameaçados de demissão em massa.

Os metalúrgicos da GM têm enfrentado um cenário de medo e incertezas com a ameaça de fechamento de postos de trabalho, com a alegação da empresa de redução da produção no setor do MVA, onde são fabricados os modelos Corsa, Classic, Zafira e Meriva. Já fechou o 2º turno do setor e encerrou a produção da Zafira.

Na nota as centrais sindicais lembram que a atitude da empresa representa descumprimento do acordo firmado pelas montadoras com o Governo Federal. Quando foi anunciado o pacote de incentivos fiscais para o setor, o Ministério da Fazenda determinou que as indústrias beneficiadas não poderiam demitir.

Para piorar a situação, na manhã da terça-feira (24), os trabalhadores foram surpreendidos com a decisão da empresa de impedir a entrada de todos na fábrica. As oito fábricas que compõem o complexo industrial da cidade amanheceram de portas fechadas.

Confira destaques da nota das centrais:

A GM foi beneficiada com o corte do IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) feito pelo governo para ajudar recuperar as vendas dos automóveis e manter os empregos. Agora, a montadora rompe o acordo, promove locaute (lockout) e ameaça demitir em massa, recurso condenável e muito usado no passado, quando não havia tantas negociações entre capital e trabalho.

As centrais se solidarizam com os trabalhadores e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. A solução para o impasse virá unicamente pela via da negociação, que tem de ser aberta, o quanto antes, pela montadora.

Wagner Gomes, presidente da CTB - Miguel Torres, presidente em exercício da Força Sindical - José Calixto, Presidente da NCST e Ricardo Patah, Presidente da UGT

Brasil: Chevron continuará impedida

Sabrina Lorenzi - Reuters, 17.07.2012

Agência reguladora investiga se a injeção de água em poços pode ter causado o acidente

A Chevron continuará impedida de realizar atividades de exploração no campo de Frade até que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) apure as causas dos dois vazamentos ocorridos sob operação da companhia americana na bacia de Campos.

O órgão regulador não deverá negar pedido feito pela empresa para voltar a produzir petróleo no campo de Frade, mas a perfuração e a injeção de água em seus poços não serão autorizadas por enquanto, disse à Reuters nesta terça-feira a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard.

"A interrupção da produção é voluntária; foi a Chevron que pediu para parar e não temos nada contra ela voltar a produzir a princípio... No entanto, perfurar e injetar água em poços continuam interrompidos", disse Magda nesta terça-feira.

Entre as causas que provocaram o segundo vazamento no campo de Frade, em março deste ano, a ANP investiga se a injeção de água em poços pode ter contribuído para o acidente, antecipou a executiva da reguladora, sem dar mais detalhes sobre o assunto.

O processo de injeção de água nos poços contribui para que a pressão do reservatório seja mantida, mantendo ou mesmo aumentando a produtividade de campos de petróleo. A Chevron é conhecida por ter conseguido elevado aproveitamento da água no processo de produção de óleo no campo.

Antes de ser interrompida, a produção em Frade somava cerca de 64 mil barris de óleo equivalente ao dia, segundo boletim da ANP sobre a produção de fevereiro.

Magda confirmou que a ANP deve divulgar nesta semana o relatório que aponta as conclusões sobre o primeiro vazamento, ocorrido em novembro, mas ressaltou que as investigações sobre o segundo ainda estão em andamento e não serão conhecidas por enquanto.

Quatro meses após o vazamento de mais de 2 mil barris de petróleo no campo de Frade durante atividades de perfuração, um pequeno volume de óleo vazou de uma rachadura de 800 metros a 1,2 mil metros, localizada a três quilômetros da região onde ocorreu o primeiro vazamento.

A ANP afirmou ainda, por meio de sua assessoria de imprensa, que a Chevron sofreu 25 atuações e que as multas somarão uma quantia inferior a 50 milhões de reais. Após o segundo acidente, a ANP autuou a Chevron por não ter tomado as medidas necessárias para evitar um novo vazamento de petróleo na região do campo de Frade.

Em março, logo após o segundo acidente, ANP e Chevron divergiam sobre as causas do novo vazamento. A petroleira americana disse na ocasião que os dois incidentes não estavam relacionados.

Em entrevista à Reuters em dezembro, porém, Magda revelou que o projeto do poço da Chevron não mostrou uma falha que havia no local e pode ter sido determinante para o vazamento de petróleo em novembro.

Em outra ocasião, a diretora da agência afirmou a jornalistas que a empresa não havia concluído de forma adequada a cimentação do poço que provocou o vazamento de novembro.

O relatório da Polícia Federal, que serviu de base ao processo judicial que corre contra a empresa, concluiu que níveis de pressão equivocados provocaram um "kick" que foi contido por uma válvula de segurança no fundo do mar. Mas, ao ser contido, o petróleo provocou uma pressão contrária rachando a rocha e abrindo uma fenda de centenas de metros abaixo do solo oceânico. O óleo vazou então pela rocha porosa e as bolhas migraram através do solo e depois até a superfície.

A pressão de 9,4 libras por galão que a empresa esperava encontrar no local teria sido equilibrada por outra oposta de 9,5 libras por galão de lama (material usado para equilibrar a pressão).

A diferença de 0,1 libra por galão foi duramente criticada no relatório da PF, que informa que a média usada em perfurações anteriores fora de 0,4 a 0,6 libras por galão. A empresa já havia perfurado 19 poços em Frade.

Além da pressão, a estrutura geológica da região e falta de revestimento necessário na parede do poço teria contribuído para o incidente.

Sindicato quer linha do Classic na GM de SJC

Valor Online, 24.07.2012

Representantes dos trabalhadores se reunirão amanhã com negociadores da GM e do Ministério do Trabalho

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos vai propor, após decisão tomada em reunião hoje, a transferência da produção do modelo Classic, da General Motors, para a cidade, localizada no interior de São Paulo. A ideia é tentar impedir o fechamento do setor que produzia o Zafira, Meriva e Corsa e a demissão de cerca de 1,5 mil trabalhadores.

Atualmente, 25% do veículo é montado em São José, sendo que outros 40% são fabricados em São Caetano do Sul (SP) e o restante em Rosário, na Argentina. O objetivo dos funcionários é que, com a descontinuidade do modelo Zafira, toda a produção do Classic se concentre na fábrica, para evitar os cortes nos postos de trabalho.

Amanhã, o sindicato vai se reunir com a prefeitura local e com o Ministério do Trabalho. Messias Melo, secretário de relações do trabalho, vinculado à pasta federal, estará presente. Segundo os representantes dos empregados, a GM poderia impedir as demissões com o movimento, sem investimentos adicionais.

A entidade quer que suas reclamações cheguem à presidente Dilma Rousseff e cobram uma postura mais concreta sobre o assunto. Para eles, uma companhia que foi beneficiada com isenção de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) não pode provocar uma demissão em massa. Além disso, devem reforçar que em nenhum momento a GM quis negociar.

Hoje, a montadora decidiu suspender a produção local e dar licença remunerada para seus funcionários. O sindicato alega que mil trabalhadores, do total de 7 mil empregados, foram retirados da fábrica durante a madrugada e aponta a medida da empresa como ilegal — principalmente por impossibilitar o cumprimento do direito de greve.

Segundo os funcionários, não há perspectiva de retomada das atividades na linha montagem já nesta semana, principalmente porque há um feriado na sexta-feira, para comemorar o aniversário da cidade. O prejuízo, com o congelamento das operações, deve chegar a R\$ 30 milhões diários. O faturamento anual da GM em São José chega a R\$ 8,5 bilhões.

Volvo dispensa 208 funcionários em Curitiba

Valor Online, 04.07.2012

Montadora relaciona corte à queda nas vendas de caminhões e perspectiva negativa para o desempenho da economia brasileira

PIB baixo derruba a venda de caminhõesA Volvo cortou 208 funcionários da fábrica de caminhões em Curitiba, no Paraná. A montadora relacionou a medida à significativa queda nas vendas de caminhões no país, além de uma perspectiva mais negativa para o desempenho da economia.

Em nota, a empresa diz que a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que estava em 3,5%, passou para 2%. Com a mudança da linha de caminhões que encareceu o produto em até 15%, os emplacamentos desses veículos pesados caíram 16% no primeiro semestre.

O corte corresponde a cerca de 7% do quadro de 3 mil funcionários na linha de produção. A montadora disse que está adequando sua produção e o quadro de funcionários a uma nova realidade de mercado.

Por outro lado, na expectativa de uma reação do mercado no segundo semestre, a montadora diz que está contratando 366 empregados que estavam trabalhando em regime de prazo determinado. Outros 155 que fazem parte dos 208 operários dispensados não tiveram o contrato continuado. informa a assessoria de imprensa da montadora.

Fiat faz contratações para aumentar produção no Brasil

Valor Online, 23.07.2012

Para aumentar a produção em 150 carros por dia, a Fiat informou que vai contratar 600 trabalhadores para as áreas de prensas, funilaria e pintura de sua fábrica em Betim, em Minas Gerais.

Segundo a montadora, as contratações também permitirão eliminar alguns gargalos da unidade, a maior do grupo italiano no mundo. Em nota, a Fiat diz que o nível diário de produção em Betim subirá de 3 mil unidades para 3,15 mil carros de passeio e utilitários leves, com o quadro de pessoal passando para 19,2 mil funcionários após as contratações.

"Esperamos que esta seja a primeira etapa do processo de contratação de novos trabalhadores. Tudo dependerá do comportamento do mercado nos próximos meses", diz, em nota enviada à imprensa, o presidente da Fiat para a América Latina, Cledorvino Belini.

A iniciativa da Fiat segue a retomada do mercado após as medidas de estímulo lançadas pelo governo em maio, que incluíram o corte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros.

Líder nas vendas de automóveis e comerciais leves, a Fiat respondeu por 22,2% dos carros emplacados no primeiro semestre.

Venda da ThyssenKrupp na CSA precisaria de crivo do Cade

Agência Estado, 06.07.2012

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) avalia que uma eventual venda da participação da ThyssenKrupp na Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) precisaria passar pelo seu crivo. "Muito provavelmente a alienação terá de ser notificada", disse nesta sexta-feira o conselheiro do Cade Olavo Chinaglia, que participou de evento na Câmara Britânica de Comércio e Indústria (Britcham) no Rio.

Ele explicou que, segundo as regras vigentes hoje, quando uma das empresas envolvidas em um negócio desse tipo teve faturamento de R\$ 750 milhões no ano anterior e a outra registrou R\$ 75 milhões, a operação precisa ser submetida ao órgão. "Um comprador com porte financeiro suficiente para adquirir uma participação dessa monta muito provavelmente alcançará o critério de faturamento de R\$ 750 milhões de reais por ano. Ao passo que a própria vendedora, a Thyssen, já tem um faturamento desta magnitude no Brasil", declarou.

Inaugurada em 2010 em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste do Rio, a CSA é uma sociedade da alemã ThyssenKrupp (73,13%) com a Vale (26,87%). Devido a dificuldades enfrentadas no negócio, a companhia estrangeira anunciou em maio que estava analisando vender sua fatia no negócio e também uma planta localizada nos Estados Unidos. Uma das companhias que já manifestou interesse no negócio é a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), comandada por Benjamin Steinbruch.

Gerdau critica governo e fala em 'burocracia medieval'

Agência Estado, 17.07.2012

Empresário Jorge Gerdau afirma que custos de logística são entrave para o desenvolvimento. Leia mais:

O presidente do conselho da Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, criticou a ineficiência de gestão do governo, destacando que os discursos sobre inovação não têm reflexos práticos: "Me preocupa que vejo o governo falar de inovação, mas é quem menos inova, trabalha com uma burocracia medieval", disse, apontando a falta de planejamento do Legislativo estadual e federal.

O executivo, que também coordena a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República, foi um dos palestrantes do Congresso Internacional da Qualidade, encerrado nesta terça-feira, em Porto Alegre. Gerdau destacou ainda que a dificuldade logística é um dos principais obstáculos para a competitividade do País. "Nossa logística custa 17,8% sobre o Produto Interno Bruto (PIB), nos Estados Unidos é 6,5%."

Gerdau também mostrou preocupação com a baixa taxa de poupança do País, abaixo de 20% do PIB, segundo ele, 16% a cargo do setor privado. "Quem poupa abaixo de 20% do PIB não cresce mais de 2,5%, existem estudos que comprovam", argumentou, ressaltando que o crescimento da China se sustenta pela poupança de 40% do PIB. A Índia poupa 27%, comparou.

Produção de minério de ferro da Vale sobe 15% no 2º tri

Salviano Machado - Agência Estado, 18.07.2012

Mineradora anuncia que produção de 80,5 milhões de toneladas é recorde para o período

A produção de minério de ferro da Vale no segundo trimestre do ano atingiu 80,542 milhões de toneladas, uma recuperação de 15,1% em relação a janeiro e março deste ano, quando a produção da mineradora teve um impacto negativo pelo forte período de chuvas.

A Vale também divulgou em comunicado nesta quarta-feira que a produção de abril a junho foi recorde para um segundo trimestre. No mesmo período do ano passado, o volume de minério de ferro produzido ficou em 80,257 milhões de toneladas.

A companhia informou ainda que a produção de minério em Carajás alcançou 27,4 milhões de toneladas no segundo trimestre, aumento de 26% sobre o trimestre anterior e alta de 5,2% em relação a igual período de 2011.

No mesmo período, a produção de pelotas atingiu 14,256 milhões de toneladas, aumento de 12,3% ante o trimestre anterior. A de carvão subiu 5%, para 2,467 milhões de toneladas; a de níquel recuou 3,6%, para 61 mil toneladas; e a de cobre caiu 4,4%, para 70 mil toneladas, na mesma base comparativa.

Vale vende operações com manganês na Europa

Agência Estado, 10.07.2012

Acordo com subsidiárias da Glencore International é avaliado em US\$ 160 milhões

A Vale anunciou na noite desta terça-feira que assinou um acordo de venda das suas operações de ferro ligas de manganês na Europa para subsidiárias da Glencore International, por US\$ 160 milhões em dinheiro.

A companhia informou que o acordo está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. As operações consistem em 100% da Vale Manganèse France SAS, localizada em Dunkerque, na França, e 100% da Vale Manganese Norway AS, que fica em Mo I Rana, na Noruega.

De acordo com o comunicado da Vale, a venda dessas operações é parte "dos esforços contínuos de otimização do portfólio de ativos".

Produção global de aço bruto cai 0,1% em junho

Reuters, 20.07.2012

No início da semana, o Instituto Aço Brasil, que representa siderúrgicas locais, informou que a produção brasileira de aço bruto caiu 8,5% em junho na comparação anual, encerrando o semestre com recuo de 2,5% sobre 2011

A produção global de aço bruto caiu em junho em meio a uma baixa demanda e preços em queda, segundo dados divulgados nesta sexta-feira pela Associação Mundial do Aço (WSA).

A produção mundial em junho caiu 0,1% sobre um ano antes, para 128 milhões de toneladas. A atividade no setor tem mostrado desaceleração nos últimos meses, saindo de uma alta anual de 1,2% em abril e passando por crescimento de apenas 0,7% em maio.

Enquanto isso, na China, a produção de aço bruto cresceu 0,6% em junho sobre o mesmo período de 2011, para 60,2 milhões de toneladas, também num ritmo mais lento que em meses anteriores.

A produção do Japão avançou 3,5%, para 9,2 milhões de toneladas, enquanto nos Estados Unidos houve crescimento de 0,8%, a 7,3 milhões de toneladas.

No início da semana, o Instituto Aço Brasil (IABr), que representa siderúrgicas locais, informou que a produção brasileira de aço bruto caiu 8,5% em junho na comparação anual, encerrando o semestre com recuo de 2,5% sobre 2011 .

Venezuela se fue del CIADI: una decisión acertada

Umberto Mazzei, ALAI AMLATINA, 30.07.2012

Hace pocos días Venezuela decidió salirse del Centro Internacional de Arreglo de Diferencias relativas a Inversiones (CIADI) y es algo para celebrar. El CIADI es uno de los cinco entes que con forman el Grupo Banco Mundial. Los otros son el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento, la Corporación Financiera Internacional, la Asociación Internacional de Fomento y el Organismo Multilateral de Garantía de Inversiones. De ellos el más efectivo para asentar el dominio de empresas apátridas sobre los gobiernos es el CIADI. Se trata del único ente internacional cuyo propósito específico es arbitrar litigios relacionados con acuerdos bilaterales o plurilaterales de inversión.

Hay otros tres organismos relacionados con arbitrajes ese tema pero no son específicos: a) UNCITRAL, órgano de la ONU que elabora normas y procedimientos que pueden ser usadas para arbitrajes; b) Cámara de Comercio de Estocolmo cuyas normas se aplican en algunos acuerdos bilaterales de inversión y de energía; c) Cámara de Comercio Internacional, en París, muy usada en arbitrajes comerciales y que ahora arbitra también en inversiones.

El problema con el CIADI son sus normas de arbitraje. El sistema para escoger árbitros puede sonar equitativo: uno por cada parte y un tercero consensuado por el CIADI. El truco está en las normas que dicen quien puede denunciar y cómo se debe interpretar el acuerdo.

Los acuerdos de inversión pueden llamarse bilaterales o plurilaterales, pero en realidad son unilaterales: sólo el inversionista puede acudir al CIADI para reclamar y pedir un arbitraje de sus denuncias de incumplimiento. El incumplimiento de las obligaciones por el inversionista, como, por ejemplo, invertir, no puede ser llevado a arbitraje por el país receptor.

El otro vicio es que las normas del acuerdo de inversión deben ser interpretadas en abstracto, prescindiendo del ámbito legal complementario que constituyen las normas constitucionales o internacionales, los códigos o reglamentos nacionales o políticas económicas horizontales. También se niega el uso de la jurisprudencia del propio CIADI como guía, con lo que cada caso es original. Son prescripciones interpretativas contrarias a todos los principios generales del derecho, tanto del europeo como del anglosajón.

La importancia de las inversiones

Con el alcance global de las comunicaciones y el transporte, el grado de interdependencia económica aumenta y en teoría se trata de mejorar y emparejar el nivel de vida general. El viejo ideal de la repartición equitativa de los recursos y el trabajo es un motivo válido para abrir la puerta a inversiones que ayuden al desarrollo. En este punto conviene distinguir entre inversiones que aportan nuevas instalaciones, nuevos puestos de trabajo y mejor nivel tecnológico de aquellas que sólo son la compra y explotación de una empresa nacional existente. La segunda no aporta nada y es indeseable cuando se trata de áreas estratégicas nacionales, como la pérdida de autonomía energética en YPF Argentina, o de asalto legal a Ferrocarriles de Guatemala.

La crisis financiera hace de los recursos naturales y los servicios públicos un objetivo de inversión donde refugiar el "dinero de teclado" que circula en las bolsas y mercados antes de que se haga humo. Como eso afecta la economía de países y comunidades hay que estar muy vigilantes de que las inversiones que vengan no sean especulativas y sobre todo que no se amparen con cláusulas que disminuyen el espacio político de los gobiernos y prioricen la ganancia del inversionista por encima de cualquier otra consideración ética, legal, social o económica nacional.

Entorno a las inversiones se ha creado una red legal internacional que abarca desde el TRIMS (Acuerdo sobre Inversiones relacionadas con el Comercio) de la OMC, pasa por los acuerdos bilaterales y sigue con los TLC que tienen todos sus capítulos de inversiones. En el TRIMS de la OMC aún se respeta la soberanía de los estados, que se erosiona hasta que en los TLCs los países quedan como subalternos de los inversionistas extranjeros, hasta de los accionistas minoritarios. El sesgo en esos acuerdos a favor del inversionista extranjero es claro, porque ninguno acarrea sanción internacional si este incumple obligaciones o viola derechos de las comunidades o las leyes locales; esos casos se dejan a los tribunales nacionales cuya sanción sólo se aplica a los intereses que el culpable tenga en el país y pero que bajo la interpretación aislada del acuerdo, en el CIADI suele ser castigada como acoso al inversor. Para colmo, las decisiones del CIADI son inapelables y con fuerza de sentencia internacional. >>>

Venezuela se fue del CIADI: una decisión acertada (cont.)

>>> Una larga lista de abusos

Los abusos cometidos por inversionistas y premiados por el CIADI son numerosos. Por cuestión de espacio citaremos sólo algunos casos.

Argentina

Argentina es campeón de casos en el CIADI, herencia de los acuerdos de inversión del dúo Cavallo/Menem. Un caso clásico es el de Transportadora Gas del Norte –TGN- que obtuvo en 1992 un contrato para transportar gas. En 1995 la empresa norteamericana CMS compró un 29% de TGN. En la crisis argentina del 2000, cuando la gente saqueaba supermercados para comer, el gobierno suspendió un curioso arreglo que fijaba el precio del gas en Argentina según el índice de precios del productor en EE UU, aunque que era gas argentino. En julio de 2001 CMS acusó ante el CIADI a la Argentina, por privarla de su “legítimo derecho” a tarifas indexadas en EE. UU., cosa que violaba la protección contra expropiación garantizada por el acuerdo sobre inversiones de Argentina con EE UU y que hizo caer el valor de sus acciones (29%). Argentina argumentó estado de necesidad pública, cosa notoria, pero igual, en 2005, los árbitros del CEADI la condenaron a pagar US\$ 133 millones a CMS por daños y a comprar sus acciones en US\$2,5 millones.

Guatemala

El CAFTA tiene varios. El más reciente es el caso de Railroad Development Corporation – RDC- contra Guatemala. En 1997 la RDC obtuvo 50 años de concesión para restaurar el funcionamiento de Ferrovial de Guatemala, una empresa que existía desde los años 20. La RDC es muy modesta en Pittsburg, Estados Unidos, pero opera en otros países y con el antecedente de una demanda ante el CIADI contra Estonia, que obligó a un arreglo.(1) La RDC no puso en funcionamiento la red, ni lo hizo nunca, pero denunció a Guatemala ante el CIADI por expropiación indirecta. El hecho habría sucedido cuando el Presidente Berger dijo que era “lesivo” al patrimonio histórico el uso de 12 viejas locomotoras originales. El 29 de junio 2012, el CIADI notificó a Guatemala que debía a RDC la cantidad de US\$14 millones, más otros tantos por daños e intereses, más US\$ 200 millones al CIADI por gastos del arbitraje. En compenso RDC le devuelve el ferrocarril donde no invirtió nada.

México

Bajo las reglas de inversión del NAFTA y con arbitraje del CIADI hay fallos escandalosos que favorecen actividades criminales, como el de Metalclad en México. Las autoridades mexicanas quisieron impedir que Metalclad acumulase desechos tóxicos sobre el acuífero que surte un acueducto en San Luis Potosí. Metalclad demandó a México bajo el Capítulo 11 de NAFTA, porque la protección del acuífero violaba sus derechos de propiedad. Los árbitros deliberaron en secreto y ordenaron a México pagar a Metalclad US\$ 16 millones por daños.

Uruguay

La Philip Morris contra Uruguay es un caso clamoroso introducido ante el CIADI en febrero del 2010. La tabacalera demandó a Uruguay por US\$ 2000 millones usando el acuerdo de inversiones entre Suiza y Uruguay. La Philip Morris es norteamericana pero tiene su filial de mercadeo (FTR Holdings) registrada en Lausanne. La causa es la aplicación en Uruguay de normas recomendadas por la Organización Mundial de la Salud en el acuerdo marco para el control del tabaco. La tabacalera afirma que las normas sobre el espacio (80%) destinado a las advertencias contra el tabaco violan su propiedad intelectual y harían bajar sus ventas. El caso esta en debate y Tabaré Vázquez ya dijo que la Philip Morris escogió Uruguay para dar un escarmiento a quienes quieran proteger del tabaco la salud del pueblo.

La denuncia de los acuerdos

Para evitar los arbitrajes arbitrarios del CIADI es muy útil repudiar el ente, pero queda un papel residual en los acuerdos que lo mencionan. Para evitar eso, es necesario renegociar o denunciar los acuerdos de inversión que lo designan como árbitro. Los acuerdos siempre incluyen cláusulas sobre como hay que proceder para retirarse o renegociarlos. Otro modo de proceder es esperar el vencimiento y no renovarlos. La duración de los acuerdos de inversión varía entre 10 y 20 años. (...)

El país quedará en compañía de Brasil, Cuba, India, Rusia, Sur África que nunca han sido parte del CIADI y de Bolivia y Ecuador, que ya se fueron.

Umberto Mazzei es doctor en Ciencias Políticas de la Universidad de Florencia. Es Director del Instituto de Relaciones Económicas Internacionales en Ginebra. <http://www.ventanaglobal.info>

El “intempestivo” ingreso de Venezuela al Mercosur

Raúl Zibechi, ALAI AMLATINA, 12.07.2012

Cuando Dilma Rousseff se acercó a José Mujica y a Cristina Fernández diciendo: “Tengo algo político que discutir con ustedes”, estaba a punto de transmitir un mensaje que cambiaría el desarrollo de la cumbre del Mercosur. A solas, la presidenta exigió a Uruguay el apoyo al ingreso de Venezuela al Mercosur que se resistía a aceptar desde el día anterior por una cuestión de formas.

Antes de viajar a Mendoza, Dilma se entrevistó en São Paulo con el expresidente Luiz Inácio Lula da Silva quien “exigió” que Dilma “colocara todo el peso político de Brasil en la reunión que en pocas horas arrancarían en Mendoza” para conseguir el ingreso de Venezuela al Mercosur (Noticias Clic, 3 de julio de 2012).

Lula se reveló como un destacado estratega y geopolítico. De la mano de Celso Amorim, proclamado como el “mejor canciller del mundo” por la revista Foreign Policy en 2009, Brasil consiguió descarrilar la cumbre de la OMC en Cancún, en 2003, creando el Grupo 20-plus liderado por Brasil, China, India y Sudáfrica, con lo que se impidió la liberalización del mercado agrícola global que perjudica al sur. En mayo de 2010 la diplomacia brasileña consiguió la firma de un acuerdo entre Irán, Brasil y Turquía para el intercambio de combustible nuclear, diseñado para apaciguar la escalada bélica de Estados Unidos e Israel contra Irán.

En la región, el Brasil de Lula fue uno de los artífices del fin del ALCA, enterrado en la cumbre de Mar del Plata en noviembre de 2005 y de las gestiones de la UNASUR para frenar el “golpe cívico” que la derecha boliviana tramaba en setiembre de 2008 contra Evo Morales. La alianza militar con Francia es una de los principales legados de los gobiernos Lula desde el punto de vista geopolítico, ya que le permite construir submarinos convencionales y nucleares para defender su petróleo e impulsa el único complejo militar-industrial latinoamericano.

Lula fue el arquitecto de la UNASUR y de la CELAC, que por primera vez en la historia de América Latina integran a todos los países sin la tutela de Estados Unidos y Canadá, reafirmando una voluntad opuesta a la doctrina Monroe, cuya máxima podría ser que “América Latina para los latinoamericanos”. La creación del Consejo Suramericano de Defensa que incluye las doce fuerzas armadas de la región, está coordinando la construcción de armamento entre varios países, lo que a mediano plazo permitirá construir autonomía militar.

Construir un mundo multipolar en el que el Mercosur y la Unasur puedan jugar el papel que les corresponde, es un camino que no puede recorrerse sin disputar con las grandes potencias, en especial con Estados Unidos. En ese camino, Brasil juega por momentos como gran potencia, a veces con rasgos imperialistas, pero en los hechos ha mostrado su capacidad de sentarse a discutir de igual a igual incluso con vecinos con un PIB cincuenta a cien veces menor. Pese a las asimetrías evidentes, hay un margen de negociación que los países de la región nunca tuvieron con las potencias del Norte.

Es cierto que la decisión tomada en Mendoza para el ingreso pleno de Venezuela fue poco prolija, aunque los parlamentos de los tres países ya la habían aprobado. Sin embargo, en un período de agudos cambios como el actual, donde se está reconfigurando los poderes globales, regionales y locales, las formas pesan menos que los contenidos. Lo que está en juego es que el camino iniciado en Honduras en 2009 no se convierta en el “recurso del método” para impedir que los países y los pueblos elijan su rumbo.

En este período los golpes de Estado y las guerras son y serán moneda corriente. Si Brasil se empeñó a fondo contra el golpe en Honduras, que con los meses se supo que fue gestado con el apoyo de Washington, ¿podía hacer algo distinto en el caso de Paraguay, país clave para la estabilidad energética y militar de Brasil y del Cono Sur? El ingreso de Venezuela al Mercosur es una señal dirigida a la Casa Blanca de que la región no quiere seguir siendo patio trasero.

Raúl Zibechi, periodista uruguayo, es docente e investigador en la Multiversidad Franciscana de América Latina, y asesor de varios colectivos sociales.

Cuba, En Busca del Glamour Perdido

Leonardo Padura, IPS, 24.07.2012

Mientras Europa se deshace en medio de una crisis que arrasa con los pequeños negocios, afecta a los grandes y empobrece a sus ciudadanos, Cuba, un país que a lo largo de veinte años se ha especializado en vivir en crisis, parece que empieza a recomponerse y, al hacerlo, hasta recupera parte del difuminado glamour que alguna vez la caracterizara.

No quiere decir esto que en la isla del Caribe las cosas hayan evolucionado demasiado en los últimos tiempos respecto a la que ha sido su realidad del medio siglo de socialismo vivido. Porque ni las "actualizaciones del modelo económico", como han sido bautizadas, ni los cambios en "las mentes" reclamados por el presidente Raúl Castro, han sido tan profundos o contundentes como para que pueda hablarse de una situación política o económica esencialmente diferente.

En el terreno político, la falta de una verdadera vocación evolutiva se observa en demasiadas manifestaciones, que van desde las declaraciones públicas de que para siempre en la Historia nada cambiará en el sistema político establecido, hasta la pervivencia de las tradicionales actitudes de secretismo respecto a la información, criticadas por el propio presidente cubano.

Por ejemplo, muy poco se habla (o escribe) sobre el brote de cólera ocurrido recientemente en la zona oriental del país y, para los que tenemos memoria, se hace evidente que los cubanos estuvimos mucho más informados de la epidemia de cólera en Haití, luego del terremoto de 2009, que de lo que está sucediendo en el país con el brote de la enfermedad.

Tampoco se habla (o escribe) sobre el destino del famoso cable de fibra óptica tendido desde Venezuela, que permitiría una conectividad de alta velocidad a los usuarios cubanos, una posibilidad tecnológica que ha terminado convertida en un misterio del cual nadie informa desde posiciones oficiales.

Mucho menos se dice (o escribe) por parte de las autoridades, hasta hoy mismo, sobre la prometida reforma de las leyes migratorias que algo aliviarían las absurdas regulaciones actuales, plagadas de prohibiciones y permisos necesarios para salir o entrar en el territorio nacional a los viajeros cubanos radicados dentro y fuera de la isla.

Sin embargo, resulta evidente que en el terreno económico, al nivel más elemental, se han ido produciendo contracciones y alteraciones que, incluso, empiezan a ser visibles en sus manifestaciones sociales.

Un caso revelador es la existencia de una lista comentada de los trece restaurantes privados más recomendables de La Habana, que, al parecer, ha sido elaborada por una periodista británica especializada en tales calificaciones y relacionada con la conocida GuidePal.

En dichos restaurantes privados, algunos abiertos en la década de 1990, y otros al calor de las recientes medidas que flexibilizaron la existencia de la pequeña empresa privada, resulta posible degustar comida internacional, según dicen, de un nivel encomiable y en diversas modalidades y especialidades (curry y suchi incluidos), en ambientes exóticos, modernistas, típicos cubanos y hasta muy familiares, a precios que resultan más que atractivos para un bolsillo norteamericano, británico o hasta europeo continental -a pesar de la crisis.

Pero, como para demostrar que las cosas no han cambiado demasiado, existe muy cerca de algunos de estos exitosos y refinados restaurantes privados, uno todavía regentado por la empresa gubernamental, en el cual, para hacerse competitivo, los precios resultan mucho más asequibles. Digamos, unos 70 pesos cubanos (o sea, 3 CUC, es decir, la séptima parte de un salario promedio mensual) por un plato nada sofisticado de comida china, aunque para alivio del bolsillo del consumidor en ese restaurante estatal no se hacen gastos excesivos. Allí, en el mejor estilo socialista, no hay postres para terminar la comida ni café "pues la máquina está rota".

La distancia existente entre los glamurosos restaurantes privados citados por la periodista británica y los todavía regidos por el Estado, aquejados de su tradicional ineficiencia, marca el espacio entre dos realidades que se enfrentan en el nivel más pedestre de la economía cubana y que, alguna vez, se reproducirá a otras escalas.

Pero, al mismo tiempo, el abismo abierto entre cualquiera de las dos ofertas gastronómicas y los salarios reales y oficiales cubanos resulta vertiginosa y altamente representativa de las capacidades económicas de una mayoría de la población cubana, cuyos salarios apenas alcanzan para la subsistencia, como también lo ha reconocido el gobierno.

*Leonardo Padura, escritor y periodista cubano. Sus novelas han sido traducidas a más de quince idiomas y su más reciente obra, El hombre que amaba a los perros, tiene como personajes centrales a León Trotski y su asesino, Ramón Mercader.

Destaques: Reunião de Chanceleres do MERCOSUL

Reunião Informal de Chanceleres do MERCOSUL - Brasília, 30 de julho de 2012 - Pontos examinados pelos Chanceleres

Os Chanceleres saudaram a adesão da Venezuela, que tem significado histórico para o MERCOSUL. O bloco ganha nova dimensão geopolítica, permitindo articular as porções amazônica, andina e caribenha da América do Sul, além de ganhos econômicos.

1. Venezuela

Os Chanceleres saudaram a adesão da Venezuela, que tem significado histórico para o MERCOSUL. O bloco ganha nova dimensão geopolítica, permitindo articular as porções amazônica, andina e caribenha da América do Sul, além de ganhos econômicos. O MERCOSUL passará a ser, ainda, ator importante em dois temas fundamentais para o futuro global: segurança energética e alimentar.

“A incorporação da Venezuela altera o posicionamento estratégico do bloco, que passa a estender-se do Caribe ao extremo sul do continente. O MERCOSUL se afirma, também, como potência energética global tanto em recursos renováveis quanto em não renováveis.”

Será convocado Grupo de Trabalho ad hoc, que terá sua primeira reunião em 13 de agosto, para deliberar sobre:

- a) incorporação das normas do bloco pela Venezuela;
- b) adesão do novo membro à Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM);
- c) adoção da Tarifa Externa Comum (TEC);
- d) cronograma de desgravação tarifária intrabloco; e
- e) relacionamento externo do MERCOSUL.

Esse grupo de trabalho deverá operar por um prazo de 180 dias, prorrogáveis por igual período.

Com o ingresso da Venezuela, o MERCOSUL contará com uma população de 270 milhões de habitantes (70% da população da América do Sul), um PIB a preços correntes de US\$ 3,3 trilhões (83,2% do PIB sul-americano) e um território de 12,7 milhões de km² (72% da área da América do Sul). A incorporação da Venezuela altera o posicionamento estratégico do bloco, que passa a estender-se do Caribe ao extremo sul do continente. O MERCOSUL se afirma, também, como potência energética global tanto em recursos renováveis quanto em não renováveis.

2. Paraguai:

À luz da Decisão sobre a Suspensão do Paraguai no Mercosul em aplicação ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, reafirmou-se que a integração regional pressupõe a plena vigência das instituições democráticas. Aprovou-se, nesse sentido, decisão do CMC que regulamentou o funcionamento dos órgãos do MERCOSUL durante a suspensão do Paraguai.

Os Chanceleres concordaram em continuar a agir de forma a não prejudicar o povo paraguaio enquanto dure a suspensão.

Reiteraram, ainda, que não imaginam um MERCOSUL sem o Paraguai, e que o interesse comum é tê-lo de volta como membro pleno o quanto antes.

3. Alto Representante do Mercosul

O Ministro Patriota agradeceu publicamente a contribuição do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Alto Representante-Geral do MERCOSUL de fevereiro de 2011 a julho de 2012. Os Chanceleres congratularam-se pela escolha do brasileiro Ivan Ramalho para o cargo de Alto Representante, para completar o mandato de seu antecessor no desempenho de funções de relacionamento externo do bloco. >>.

Destaques: Reunião de Chanceleres do MERCOSUL (cont.)

4. Presidência Pro Tempore Brasileira (julho-dezembro de 2012):

O Ministro Patriota apresentou a seus homólogos, em termos preliminares, as seguintes idéias para a Presidência pro tempore do Brasil:

VENEZUELA

Em coordenação com os demais sócios, o Brasil trabalhará para acelerar o processo de incorporação da Venezuela ao bloco.

Integração Econômica E Comercial

O Ministro Patriota propôs examinar:

- Possível criação de um Escritório Regional de Aduanas, sediado no Brasil, para dar novo tratamento à questão da valoração aduaneira; e
- Eventual organização, à margem da Cúpula do MERCOSUL de dezembro próximo, de um Foro Empresarial do MERCOSUL.

Ciência, Inovação Tecnológica E Capacitação

O Ministro Patriota apresentou aos demais Chanceleres as seguintes sugestões para os trabalhos do MERCOSUL nos próximos meses:

- a) Programa de mobilidade acadêmica: o programa, nos moldes do “Erasmus”, da União Européia, consistiria na concessão de bolsas de estudo para circulação de universitários entre os países membros do MERCOSUL;
- b) Agência de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva do MERCOSUL: em linha com a Declaração de Mendoza sobre Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva (junho de 2012), possível criação de Agência dedicada à execução de políticas de fortalecimento de competitividade setorial em áreas a serem definidas de comum acordo, entre as quais a biotecnologia, nanotecnologia e tecnologias verdes;
- c) Centros de Excelência MERCOSUL em áreas estratégicas: eventual criação de dois centros de excelência regionais, um sobre clima e prevenção de desastres naturais e outro sobre estudos relacionados à água; (...)

FOCEM

Os Chanceleres analisaram o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), que até o momento aprovou 40 projetos em áreas como energia, habitação, transportes e capacitação tecnológica. A adesão da Venezuela, segundo os Chanceleres, torna ainda mais inadiável a reforma do FOCEM, visando a torná-lo mais eficiente em sua tarefa de superar as assimetrias do bloco.

Temas Políticos e Sociais

O Chanceler brasileiro propôs avançar no âmbito do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL (que trata de temas como circulação de pessoas, direitos do consumidor e previdência social), e no Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), que busca erradicar a fome e a pobreza, além de avançar nas áreas da saúde, educação e trabalho.

Relacionamento Externo

Grupo de Trabalho para deliberar sobre relações do MERCOSUL com outros países ou grupos de países, inclusive à luz da incorporação da Venezuela.

Sobre as negociações MERCOSUL-União Européia, o Chanceler Patriota informou sobre a possibilidade, examinada com o lado europeu, de se procurar fazer avançar o processo negociador, com a perspectiva de intercâmbio de ofertas ainda em 2012.

Dar continuidade à cooperação econômica e comercial com a China.

Proyecto FES Sindical Regional

Agenda: Red de Comunicadores Sindicales de las Américas

El 20 y 21 de agosto en Montevideo el Proyecto FES Sindical Regional (FSR), en cooperación con la Confederación Sindical de Trabajadores y Trabajadoras de las Américas (CSA) y con la colaboración del Centro de Competencia en Comunicación para América Latina de la FES (C3), realizará una Reunión de la Red de Comunicadores Sindicales de las Américas. En la misma participarán los responsables del tema en la CSA, así como en las Coordinadoras Sindicales Regionales y en Centrales Nacionales. El objetivo es comenzar a implementar la estrategia de comunicación para el período 2012 – 2016.

Desarrollo Sustentable, Trabajo Decente y Democracia. Plan de Acción CSA en Centroamérica.

El 6 y 7 de septiembre en San Salvador el Proyecto FES Sindical Regional (FSR), en cooperación con la Confederación Sindical de Trabajadores y Trabajadoras de las Américas (CSA) y con la colaboración de FES América Central, realizará una Conferencia Sindical Regional con la consigna Desarrollo Sustentable, Trabajo Decente y Democracia. En la misma participarán dirigentes de la CSA, las Coordinadoras Regionales y las Centrales Nacionales de los países de la región. El objetivo es delinear el Plan de Acción definido por la CSA en su Congreso Continental para la región.

Actividades Recientes: Taller Sindical “Democratización de la Comunicación” 23.05.2012

El Proyecto FES Sindical Regional (FSR), en cooperación con la Confederación Sindical de Trabajadores y Trabajadoras de las Américas (CSA), realizó el Taller Sindical “Democratización de la Comunicación”, con el objetivo de elaborar la estrategia de comunicación para el período 2012 - 2016. La actividad se desarrolló el 23 de mayo en la Ciudad de Montevideo. Concurrieron al evento: Víctor Baéz, Secretario General de la CSA, junto a los responsables de comunicación de la CSA y de varias de sus afiliadas, así como otros dirigentes sindicales y expertos en la temática, destacándose la presencia de Maribel Batista de OIT en República Dominicana. Tras la presentación de lo aprobado en el reciente Congreso Continental de la CSA y del estado de situación en la temática en la región y en cada uno de los países, se acordaron los puntos centrales de un plan de acción para las centrales y las futuras acciones de la Red de Comunicadores Sindicales de la CSA, incluyendo temas relevantes como el ciberactivismo y la campaña continental por el trabajo decente.

Fortalecimiento participación Sindical en Cumbre Rio +20

El Proyecto FES Sindical Regional, en cooperación con la Confederación Sindical de Trabajadores y Trabajadoras de las Américas (CSA), apoyó la participación de una delegación de dirigentes sindicales de la CSA y de sus centrales afiliadas en diversas actividades en ocasión de la Cumbre Rio +20: Foro Sindical, Pre Cumbre, Foro de la Sociedad Civil, “Diálogo Social” con los Gobiernos y la Cumbre de Líderes Mundiales. Las actividades se desarrollaron entre el 10 y el 23 de junio en la Ciudad de Río de Janeiro. Concurrieron a dichos eventos: Rafael Freire, Secretario de Política Económica y Desarrollo Sostenible de la CSA, junto a los responsables de la temática de la CSA y de varias de sus afiliadas, así como otros dirigentes y expertos en la temática. El movimiento sindical continental coordinó y presentó sus posiciones sobre Desarrollo Sustentable en el marco de la Cumbre Rio +20 en todas las instancias reseñadas.

El **MultiNoticias** es un boletín electrónico auspiciado por el **Proyecto FES Sindical Regional**.

Su objetivo es brindar más elementos de análisis a las organizaciones sindicales de las Américas sobre las principales actividades y políticas de las Empresas Multinacionales, Mundiales y Multilaterales, así como del movimiento sindical, Federaciones Sindicales Internacionales y otros, que actúan en su entorno.

Los artículos que integran este boletín son de exclusiva responsabilidad de sus autores y no reflejan necesariamente el pensamiento de la FES.